JESUÍTAS NO JAPÃO – DESCRIÇÃO DAS VARIEDADES LINGUÍSTICAS

Eliza Atsuko Tashiro-Perez¹

Resumo: Este texto é uma apresentação preliminar sobre o modo pelo qual os missionários europeus, nos séculos XVI e XVII, descreveram as variedades da língua japonesa. Como material de análise, concentramo-nos nas publicações de natureza linguística da imprensa jesuítica japonesa e analisamos as descrições das variedades diatrópicas, diafásicas e diastráticas, estas compostas pela linguagem específica da chamada ‘gente baixa’ e também do gênero feminino.

Palavras-chave: jesuítas; século XVI; japonês, dialetos; socioletos.

Abstract: This text is a preliminary presentation of the way in which the European missionaries in the 16th and 17th centuries, described the varieties of the Japanese language. As analysis material, I focused on the linguistic publication of the Japanese Jesuit press and I examined the descriptions of the dialectical and socioletal varieties, these composed by the so-called ‘gente baixa’ (low people) and the female gender-specific language.

Keywords: jesuits; sixteenth century; japanese language; dialects; sociolets.

1. Introdução – Os jesuítas no Japão e a produção de *artes e dicionários*

No Japão, a atividade missionária cristã teve início em 1549, quando Francisco Xavier (1506-1552)² desembarcou nas terras de Kagoshima, e foi interrompida após o isolacionismo do país – conhecido como *sakoku* na historiografia japonesa moderna – levado a cabo pela dinastia Tokugawa, após várias medidas,

1. Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

2. Acompanharam Xavier na sua missão à terra do sol nascente, Cosme de Torres (c.1510-1570) e Juan Fernández (1526-1567).

desde a limitação de portos autorizados a atracar navios estrangeiros³ até a interdição da entrada de navios estrangeiros⁴ no território, além da proibição, em 1633, da volta de japoneses residentes no exterior há mais de 5 anos⁵. O édito pela proibição de professar e difundir o cristianismo é de 1612 e, geralmente considera-se o início do fechamento do país o ano de 1639, quando se proibiu os navios portugueses de atracar nos portos nipônicos, mantendo, o Japão, relações comerciais apenas com China e com a Holanda, pelo porto de Dejima.

É preciso reconhecer a coragem dos europeus dos séculos XV e XVI por se aventurarem em terras desconhecidas e contatarem povos cuja cultura e língua lhes eram completamente estranhas, como foi o caso dos portugueses no Japão. Embora o deslocamento de pessoas pelo globo seja tão antigo quanto o aparecimento do *homo sapiens*, podemos afirmar que a utilização da rota marítima e a escala dessa migração sejam as novidades sem igual comparativamente às épocas anteriores. É inegável que foi um acontecimento precursor o encontro da civilização europeia, esta representada inicialmente por Portugal, e a japonesa.

Se pudermos chamar esse encontro de intercâmbio, então o processo foi, durante anos, de mão única: os europeus se deslocavam às terras estrangeiras e, na maioria das vezes, ocupavam-na e dominavam, de alguma maneira, as populações locais. Dessa forma aconteceu na maioria dos encontros dos europeus com diferentes povos na África, na Ásia, na Oceania e nas Américas. Foi diferente no Japão. Como afirma Flores (1993), o Extremo Oriente foi um território de colonização informal do império português. O monarca português concedia aos mercadores o direito de explorar comercialmente os negócios nos mares do Pacífico. Além disso, as batalhas entre os vários governantes feudais e a posterior unificação administrativa sob o clã Tokugawa não ofereceria oportunidade para Portugal, Espanha ou qualquer outro império estrangeiro levar a cabo a dominação do território e do povo japonês. No Japão em que os europeus desembarcaram, a camada social que tinha ascendido ao poder político era a dos guerreiros.

Além do comércio, outro aliado da chamada expansão marítima da Europa e colonização de territórios descobertos e/ou ocupados foi a missionação cristã. Esta, sim, teve sucesso no Japão, com a dominação das almas dos japoneses, mesmo que parcial e provisoriamente. Mas é fácil de imaginar as dificuldades iniciais dos missionários europeus, ao se confrontar com um povo de cultura muito diversa

3. A partir da medida de 1616, navios estrangeiros que não fossem da China só puderam aportar em Nagasaki e Hirado. A partir de 1635, navios chineses e holandeses só puderam embarcar e desembarcar no porto de Nagasaki.

4. Com a Espanha, interrompeu as relações diplomáticas e proibiu a entrada das suas naus em 1624; em 1633 se interditou a saída de navios japoneses que não tivessem o selo vermelho emitido pelo governo Tokugawa.

5. A partir de 1635 ficou proibido qualquer viagem dos japoneses ao Sudeste Asiático e também a volta dos que estivessem no exterior.

das até então conhecidas, falantes de um idioma diferente das línguas que tinham familiaridade – que seriam denominadas indo-europeias séculos depois – e que usavam um sistema de escrita originária da China. É conhecida uma fala de Xavier quando este afirmou que a língua japonesa fora criada pelo demônio para impedir a conversão desse povo, devido à dificuldade que ele tivera em aprendê-la.

Essa opinião de um dos líderes da Companhia de Jesus, o braço religioso da monarquia portuguesa na empresa expansionista e colonizadora, teria sido um fator importante para definir o tipo de missionação que empreenderiam no Japão. A historiografia ocidental moderna denomina de *acomodação*, termo derivado do latim *accomodatio*, a essa prática de evangelização. Considerado patrono da educação jesuítica nas missões do Japão, o padre-visitador Alexandre Valignano (1539-1606) foi quem oficializou essa política de adaptação às condições e às premências locais percebendo, inclusive, a importância da formação do clero indígena e a necessidade de estudar e falar fluentemente a nova língua e de conhecer os costumes dos habitantes. Valignano incentivou a construção de colégios e seminários e fomentou, também, a publicação de diversos textos sobre o Japão e sobre assuntos sacros, ao introduzir a máquina de imprimir de tipos móveis da Europa, em 1590.

Outros missionários antes de Valignano perceberam a importância do domínio da língua local. Em 1553, o Pe. Melchior Nunes Barreto (1520-1571), Vice-Provincial da Índia, escreveu ao Provincial de Portugal uma carta na qual diz que os europeus deveriam estudar bem a língua japonesa antes de desembarcarem no Japão:

Os que vamos para o Japão havemos de ter muito cuidado de saber bem a língua, porque é grande meio para – assim como nós os outros padres que vieram de Portugal para o Japão podermos muito frutificar, dando nos Deus Nosso Senhor aquela graça e espírito que para a empresa de nos manda requerer. (CATZ 1983, p.37)

Com a máquina de imprimir trazida da Europa, os jesuítas publicaram vários exemplares de obras sacras, entre as quais destacamos a *Doctrina Christiana* (1591), o *Contemptus Mundi* (1596), o *Compendium Spiritualis Doctrinae* (1596), o *Salvator Mundi* (1598), o *Guia do Pecador* (1599), o *Aphorismi Confessariorum* (1603) e *Manuale ad Sacramenta Ecclesiae Ministranda* (1605), todas traduzidas para o japonês e escritas em estilo da linguagem escrita e impressas na grafia do alfabeto latino ou na grafia japonesa.

Obras literárias japonesas foram reescritas para o japonês oral e transcritas em alfabeto latino e foram utilizadas como manuais para leitura no processo de aprendizagem do idioma. São elas: as *Narrativas de Heike* (1592), as *Fábulas de Esopo* (1593) e *Kinkushû* (*Coletânea de Mássimas*, 1593).

As publicações sobre línguas, feitas para a aprendizagem de idiomas pelos europeus, são a edição japonesa do *De Institvtione Grammatica Libri Tres* (1594),

com algumas observações sobre o japonês e um quadro de conjugação dos verbos do latim acompanhado de traduções em português e em japonês; o *Dictionarium Latino-Lusitanicum ac Iaponicum* (1595), o dicionário de ideogramas *Racuyoxu* (1598), o *Vocabvlario da Lingoa de Iapam* (1603), a *Arte da Lingoa de Iapam* (1608) e a *Arte Breve da Lingoa Iapoa* (1620), esta última publicada fora do Japão, em Macau.

Na opinião de Tadao Doi (1971, p. 1 e 2) os jesuítas produziram obras de grande valor linguístico, reconhecido mesmo nos dias de hoje, devido a três fatores:

- os jesuítas entenderam a necessidade de se aprender a língua local
- muitos dos missionários enviados ao Japão possuíam propensão para a reflexão linguística
- os missionários puderam contar com a cooperação dos fiéis japoneses

Ainda segundo Doi, numa listagem da Companhia de Jesus há identificação dos missionários sobre o conhecimento do japonês, onde se distingue três níveis de proficiência no idioma: o de conseguir ouvir as confissões; o de poder pregar o evangelho na língua; e o de conseguir escrever em japonês (*Op. Cit.*, p. 3).

Como não se tem notícia de fiéis japoneses que tenham se tornado padres-confessores, essa função foi desempenhada pelos missionários europeus. E, uma vez que o nível mínimo exigido era conseguir ouvir confissões na língua japonesa, esses padres-confessores deveriam compreender as variedades utilizadas pelos fiéis de diferentes regiões e de diversos estratos sociais. Os missionários responsáveis pela pregação, por outro lado, necessitavam saber falar a língua culta e correta para transmitir a palavra de deus e de modo a não confundir com os dogmas da crença local, budista ou xintoísta. E, por fim, quando se intensificou a repressão do governo militar ao cristianismo, a partir de 1597, os sacerdotes tiveram que se valer também de panfletos para catequese, o que os obrigou a escrever em japonês. Assim, os sacerdotes cristãos precisavam distinguir entre a língua que deveriam conhecer e a que podiam usar. Por conseguinte, as artes de gramática e os dicionários tinham que ser normativos e descrever a língua culta, mas também trazer observações sobre as diferentes variedades usadas pelos japoneses, inclusive da ‘gente baixa’

Foi Francisco Xavier que também fez observações sobre a língua japonesa pela primeira vez. Segundo Doi (1982, p. 1 e 2), ao Pe. Xavier causou estranheza o uso do sistema ideográfico de escrita da China. Era-lhe mais estranho ainda o fato de o mesmo conjunto de ideogramas ter realizações fonéticas completamente diferentes na China e no Japão. Xavier, porém, valeu-se desse fator exótico para sua atividade de catequese. Percebendo o deslumbramento dos japoneses em relação à civilização chinesa, pensou que se conquistasse as almas dos japoneses e escrevesse o catecismo na grafia ideográfica poderia, conseqüentemente, utilizá-lo

para a evangelização da China, e, uma vez conquistadas as almas dos chineses para o cristianismo, reforçaria, por outro lado, a catequese no Japão.

O Pe. Luis Frois (1532-1597), que desembarcara no Japão em 1563, também fez uma breve referência ao sistema de escrita do japonês apontado pelo Pe. Xavier: “Nós escrevemos com vinte e duas letras; eles com quarenta e oito no abc de *cana* e com infinitos caracteres em diversas letras” (1993, p. 138). O *cana* a que se refere Frois é o conjunto de fonogramas *kana* e os ‘infinitos caracteres’ são os ideogramas. Os missionários consideraram a principal característica do ideograma o fato de cada um deles possuir a leitura originariamente chinesa e uma outra, a japonesa. À primeira leitura chamaram de *coye* e à segunda, *yomi*.

Num relatório, o padre-visitador Valignano, provavelmente após ter colhido informações do próprio padre Frois que o acompanhou no Japão como tradutor em 1581-1582, mencionou a existência de uma linguagem dos nobres e de uma linguagem das camadas populares, ou ‘gente baixa’; uma linguagem dos homens e outra das mulheres; uma linguagem da fala e outra da escrita. Mas, enfatizou que o mais difícil na língua japonesa eram as expressões de tratamento. Valignano julgou-as, de início, a razão porque a língua japonesa era uma das mais excelentes, opinião que, após cerca de 20 anos, abandonou ao considerá-las apenas aborrecedoras e empecilhos para a conversão das almas japonesas (DOI 1982, p. 6).

Frois fez uma das primeiras observações sobre a existência de um sistema de expressões de tratamento na língua japonesa. Disse ele: “Nós pomos a honra nos nomes; o Japão a põe toda no uso dos verbos” (1993, p. 166) e “Em Europa procuram clareza nas palavras e fogem da equivocação; em Japão as equívocas é a melhor língua e são as mais estimadas”(Idem, p. 168). Na primeira citação, Frois remete, provavelmente, aos verbos propriamente de respeito, aos verbos auxiliares de respeito e às partículas formulativas de respeito. Na segunda citação, Frois emitiu um juízo de valor e lembrou a “equivocação” preferida pelos japoneses. Na realidade, ele fez menção ao complexo sistema de linguagem de tratamento existente na época. De fato, a ascensão da camada guerreira ao poder traduziu-se num acentuado disciplinamento da sociedade como um todo e deu origem a rigorosas regras de comportamento (DOI 1982, p. 5), que incluíam a utilização de formas lingüísticas corretas para se dirigir a alguém, falar sobre alguém etc..

Neste texto não incluímos as observações, explicações e análise dos jesuítas com respeito à linguagem de tratamento, limitando-nos às variedades dialetais e aos termos específicos de estilo (língua escrita), de grupos sociais (‘gente baixa’ e mulheres) ou de áreas de conhecimento (poesia e budismo), levando em conta principalmente a nota escrita pelos autores do *Vocabvlario da Lingoa de Iapam* (1603) no seu início, assim como as explicações do Pe. João Rodrigues (1561-1633) nas duas gramáticas.

Para efeito de redação, convencionamos abreviar a obras jesuíticas analisadas da seguinte maneira:

Por *Vocabvlario* ao *Vocabvlario da Lingoa de Iapam com adeclaração em Portugues, feito por algvns padres, e irmãos da Companhia de Iesv*.

Por *Svpplemento* ao *Svpplemento deste Vocabulario impresso no mesmo Collegio da Companhia de Iesv com a sobredita licença, & aprouação*.

Por *Arte Grande* à *Arte da Lingoa de Iapam composta pello Padre João Rodriguez Portugues da Cõpanhia de IESV diuidida em três Livros*.

Por *Arte Breue* à *Arte breve da Lingoa Iapoa tirada da Arte Grande da mesma lingoa, përa os que começaram a aprender os primeiros mpróprio della*.

2. As variedades do japonês descritas

Na tradição linguística japonesa, as variedades diatópicas, denominadas de *hōgen*, não mereceram um estudo especializado e autônomo até o fim do século XIX. Desde a antigüidade, foram apenas registradas ou tratadas como fonte de estudo da língua antiga (em japonês, *kogo*) principalmente nos manuais e trabalhos que trataram da produção poética, os quais vinham sendo elaborados desde a Era *Chūsei* (séculos XII a XVII). Essa falta de interesse ou de preocupação pela questão parece dever-se ao fato de os dialetos sempre terem sido considerados inferiores às variedades dos centros político-culturais do Japão.

Um dos primeiros registros de variedades regionais pode ser encontrado na coletânea poética *Man'yōshū*⁶, elaborada, provavelmente, em meados do século VIII, e que reúne cerca de 4500 poemas produzidos desde o início do século V até o ano 759. No volume 14 dessa coletânea, estão compilados 230 poemas denominados *azuma-uta*, isto é, poemas (do reino) de Azuma. Azuma era a denominação da região oriental do Japão, onde fica atualmente a capital Tóquio. O último volume, de número 20, da mesma coletânea possui 93 poemas denominados *sakimori-uta*, ou seja, poemas dos guardas de fronteira, cuja maioria era recrutada da região de Azuma e protegiam as terras litorâneas voltadas para a península coreana.

Outra obra que registrou, embora em pequena quantidade, a variedade dos reinos de Azuma foi *Hitachi-no Kuni Fudoki* (*Topografia dos Reinos de Hitachi*), elaborada entre os anos 717 e 724 (MIKI & FUKUNAGA 1981).

6. Sem consenso quanto à leitura/tradução do título: *Coletânea de Mil Folhas*, *Coletânea de Milhares de Poemas* ou *Coletânea de Poemas para Eternidade*.

Os ideogramas que formam a palavra *hôgen* (方言) e a própria palavra têm origem na China e já tinham sido utilizados com a acepção de variedade diatópica no início da Era Cristã. Num livro didático para ensino elementar denominado, ao modo japonês moderno de pronunciar tais ideogramas, *Yôshi Hôgen*, o autor, Yôyû (53 a.C. – 18), agrupou vocábulos antigos que se conservaram nos dialetos de sua época.

2.1 Nas *Arte Grande* (1608) e *Arte Breve* (1620)

Os jesuítas descreveram algumas variedades diatópicas e diastráticas do japonês. A variedade eleita pelos jesuítas para o ensino e à aprendizagem e, consequentemente, para o seu registro e descrição em *artes de gramática* e em dicionários, foi o dialeto da região de Kinai⁷, onde ficava *Miaco*⁸, hoje Kyoto, e aquele usado pelos aristocratas, denominados de *cugues*⁹ pelos missionários. A citação seguinte, que trata da sintaxe do japonês, sintetiza bem a eleição dessa variedade como a língua padrão da época:

SYNTAXIS he a composição certa, & ordenada das partes da oraçam entre si: aquella se deve ter por certa, & ordenada nesta lingoa, da qual usaram os autores graves, antigos, & modernos, que na lingoa de Iapão falam, ou escrevem pura, & elegantemente: & o modo corrente de falar aprovado, & recebido em todo Iapão da gente grave, & entendida em suas letras, mayormente a lingoa de **Miaco** usada dos **Cugues**, entre os quaes se conserva a pura, & elegante lingoa, & modo de pronunciar de Iapão; & não qualquer modo de falar, de que alguns dos naturaes usam impropriamente em diversos reynos, & lugares de Iapão, que tem varios abusos, & modos de falar improprios, que nesta lingoa sam vicio, e barbarismo. (Rodrigues 1603, f. 83, grifos nossos)

O critério de seleção da variedade de prestígio foi referendado pelos autores antigos e modernos que “escrevem pura & elegantemente”, no caso da linguagem escrita; e pelo uso das pessoas mais cultas, “gente grave, & entendida em suas

7. Segundo Rodrigues (1954-1955), é o nome da Província localizada na Primeira Ilha (hoje, Honshû), formada pelos reinos de Yamaxirô, Cavachy, Tçuno cuny, Yamato e Izumi.

8. *Miaco* é como os missionários registraram o topônimo que se referia à capital imperial na época. Na *Arte Breve da Lingoa da Iapam* (1620), o padre Rodrigues registra *Miyaco*.

9. No *Vocabulario* encontramos dois verbetes que tentam definir essa palavra: “Cugue. *Familias dos Cugues que serve(m) ao Daiiri*” (f. 63v). Daiiri, por sua vez, possui o seguinte verbete no mesmo dicionário: “Vô vcho. *Paços del Rei. As vezes se toma pello mesmo rei*” (f. 70). Ou seja, o termo 公家 (cugue) era usado para nomear as famílias de nobres que serviam ao Imperador. Na época, a palavra passa a denominar também a própria família imperial e os funcionários da casa imperial, em oposição às famílias de guerreiros que estavam ascendendo ao poder. Essas famílias eram chamadas 武家 [buke]. No *Vocabulario* temos a entrada *Buqe* que vem assim explicado “Familia de soldados, ou caualeiros, cuja cabeça he o Cubô que também se diz Xôgun, & he capitão geral da milícia del Rey de Iapão.” (f. 25v)

letras, mayormente a lingoa de *Miaco* usada dos *Cugues*”, para a linguagem falada. Note-se que as variedades de outras regiões não são consideradas exemplares, porque são “abusos” e “modos de falar impróprios”, ou seja, “vicio, e barbarismo”

Na *Arte Grande* a atenção para a variedade diatópica apareceu principalmente na parte que tratou da pronúncia, e portanto, da língua falada.

Semelhantes palavras encontramos também na *Arte Breve*, na parte intitulada “Sintaxi breve com alguns preceitos geraes pera começar a compor” (RODRIGUES 1620, f. 59v), na qual o Pe. Rodrigues reiterou a autoridade da língua das pessoas cultas – chamadas “autores graves” e “gente grave” – principalmente da “lingoa da corte usada entre os Cughe¹⁰”, assim como a necessidade de se evitar os “varios abusos, & modos de fallar improprios”

No entanto, o Pe. Rodrigues também lembrou que as pessoas de Miaco também cometiam erros:

Posto que a lingoagem de Miyaco he a melhor, & a que se deve imitar nas palavras, & modo de pronunciar, **a gente do Miaco nam deixa de ter algum defeito na pronunciaçam de certas syllabas**. He comum pronunciarem, Ii, pro, Gi, & pello contrario onde ande dizer, Gi, dizem, Ii. Vt, Fonji, por Fonji, & Ginen, por, Iinen, & Iiban, por, giban, Iiquini, por, Giquini, & dizem, Giuv, por Iuv. Vt, Cono juv, por Cono giuu. Item em lugar da syllaba, Zu, pronunciam, Dzu, & pello contrario em lugar de Dzu dizem, Zu. Vt, Mizu, por, Midzu, Mairadzu, por, Mairazu, &c. Isto he geral, posto que alguns avera que pronunciaram bem.” (RODRIGUES 1620, f. 169 e 169v, grifo nosso)

Doi (1971) afirmou que as notações sobre as variedades dialetais e também sobre a variedade popular, chamada de fala da ‘gente bayxa’ pelos missionários, visava à compreensão das confissões dos fiéis, que poderiam ser da camada popular, mas que para catequese os missionários deveriam utilizar a variedade culta, usada pelos *cugues*. Essa afirmação de Doi pode ser atestada pelo Padre Rodrigues que escreve que em “algumas partes do *Ximo*: (fala-se) *Agueji*, *yomaji*, *narauaji*, futuro da escritura, os tres modos I falar são bayxos, **pello que não devemos imitar pera fallar por eles, mas sabelos pera os entender & ...**” (1608, f. 26, grifo nosso), enfatizando o caráter normativo da *Arte Grande* e a distinção entre as variedades que os missionários deveriam compreender e aquela a ser utilizada para elaboração do sermão.

O Pe. Rodrigues também deu valoração baixa ou negativa às variedades diatópicas de regiões que não faziam parte do *Cami*, que correspondiam aos cinco

10. O Pe. Rodrigues efetua uma mudança na forma de transcrição das palavras japonesas na *Arte Breve* (1620). Aqui, a palavra grafada *Cugue* na *Arte Grande* e em escritos de outros missionários passou a ser escrita *Cughe*.

‘reinos’ da província de *Goquinai*, anteriormente citada, como se vê nos trechos do quadro seguinte.

**QUADRO 1: Opinião do Pe. Rodrigues
sobre as variedades dialetais**

Região ¹¹	Opinião do Pe. Rodrigues sobre os dialetos da região
<i>Chūgocu</i> ¹²	“ <u>excedem no Firogaru, abrindo demasiadamente a boca,</u> ” “ <u>fazem o Firogaru demasiado, & tem no falar, hum sonsonete muy conhecido, & avilanado</u> ”
<i>Fijen, Figo, Chicugo</i> ¹³	“... na pronunciaçam com certo <u>sonsonete muyto roin.</u> ...”
<i>Chicujen, Facata</i> ¹⁴	“Tem hum <u>grande abuso...</u> ”
<i>Ximo</i> ¹⁵	“A voz acabada em Rō, he propria deste lugar, posto que <u>he algum tanto bayxa,</u> & mais usada no <i>Ximo</i> ” “Em algumas partes do <i>Ximo</i> : <i>Agueji, yomaji, narauaji</i> , futuro da escritura, os tres <u>modos I falar são bayxos,</u> ...”
<i>Bandô</i> ¹⁶ e <i>Ximo</i> (<i>Figen, Figo, Satçuma</i> e <i>Fiūga</i> ¹⁷)	“No <i>Bandô</i> entre a gente bayxa e no <i>Ximo</i> principalmente no reyno de <i>Figen, Figo, Satçuma, Fiūga, &c.</i> , he muyto usada por marasuru, mas <u>he modo muyto baixo.</u> ”

(fonte: RODRIGUES, 1608)

Para o Pe. Rodrigues os falares regionais possuem algum defeito, seja porque necessitam abrir muito a boca para pronunciar, seja porque soa mal, ou ainda porque é característico do uso popular.

Notamos que no registro que informou acerca da seleção da língua de descrição, o Pe. Rodrigues, na *Arte Breve*, já não mencionou a língua falada em *Miyaco*, apenas que continuava ser a variedade dos nobres, ou *Cughe*.

11 Mantemos a denominação tal qual grafada pelo Pe. Rodrigues, sem atualizar para a transcrição moderna.

12 Ainda hoje denominada região de Chūgoku, é formada pelas províncias de Okayama, Hiroshima, Yamaguchi, Tottori e Shimane.

13 Províncias da ilha de Kyūshū: parte de Saga/Nagasaki, Kumamoto e parte de Fukuoka, respectivamente.

14 Região oeste e central, respectivamente, da hoje província de Fukuoka.

15 Região oeste da capital, Kyoto. Para os missionários jesuítas, correspondia à ilha de Kyūshū.

16 Bandō: região leste da ilha de Honshū, onde se localiza hoje Tóquio.

17 Satçuma e Fiūga: províncias de Kagoshima e Miyazaki.

“SINTAXI he composiçaõ certa, & determinada das partes da oraçam entre si, & aquella que se deue ter por certa, & ordenada nesta lingoa, da qual vsaraõ os autores graues, antigos, & modernos, q(ue) na lingoa Iapoa fallaõ, ou escreue(m) pura, & eleganteme(n)te conforme ao modo corrente, & approuado de fallar recebido em todo Iapam da gente graue, & entendida em suas letras, principalmente a lingoa da corte vsada entre os *Cughe*, os quaes conseruam a pura, & elegante lingoa, & modo natural de pronunciar Iaponico; & nam qual quer modo de fallar, de que alguns dos naturaes vsam impropriamente em diuersos Reinos, & lugares, que tem varios abusos, & modos de fallar mproprios, que nesta lingoa sam vicio, & barbarismo.” (1620, f. 59v, grifo nosso)

Na *Arte Breve* (1620), devido às características mais normativas da publicação, o Pe. Rodrigues deixou de registrar muitas variedades dialetais, atendo-se às aquelas mais marcantes que coincidiam com as novas mudanças que se operavam na língua japonesa. Tais mudanças resultavam, entre vários fatores, do estabelecimento de uma nova ordem político-administrativa e da mudança do centro político-cultural para Edo, localizada na região chamada pelos missionários de Quantô e que futuramente seria denominada Tóquio. Essa tendência está representada pela citação: “Todos os verbos da primeira conjugaçam, no presente do indicatiuo **tem outra voz menos vsada, posto q(ue) nas partes do Quantô, he a mais comu(m)**: esta se forma acrescentando á raiz dos verbos a syllaba, *Ru, Vt, Curaberu, Motomeru, Agheru, Feru, Deru, Tateru, Majeru, Saxeru...*” (RODRIGUES 1620, f. 20v, grifo nosso).

A referência que fez às variedades de *Fijen* e a *Chûgocu, Bungo, Chicujen* informa indiretamente que a região ocidental e mais ao sul, onde se localizam esses ‘reinos’, continuava a ser o palco das atividades jesuíticas:

E que estas vozes sejaõ de futuro, & delle se formem, se vê em algu(m)as partes do Iapaõ, onde a inda agora vsaõ do futuro do indicatiuo com a particula, *Ba*, que propriamente he, *Va*, alterada, como he no *Fijen*, onde dizem (...) (RODRIGUES 1620, f. 22)

A voz negatiua em, *Zaru*, tem sua raiz, *Zari*, & vai polla segunda conjugaçam affirmatiua por todos os tempos, & modos; serue principalmente na escritura, & em algu(m)as terras particulares. m. *Chûgocu, Bungo, Chicujen*. (Idem, f. 32v)

Identificamos também a variedade falada pela camada baixa da população japonesa, em oposição à fala dos nobres adotada como a variedade descrita, e também a falada pelas ‘mulheres’ por se encontrar bastante evidente na documentação missionária, onde aparecem as notações “modo de falar baixo” e “he fala de gente baixa”. A rigor, a noção contida na primeira notação se contraporia à ideia de “modo elegante”, por que diria respeito ao estilo de fala. E, a segunda notação é que seria propriamente referente à variedade vulgar da “gente baixa”

Mas, como vimos, a variedade de *Miaco* foi a eleita por ser “propria, & elegante” e qualquer outra variedade foi considerada “vicio”, “modo improprio de falar” e “modo baixo de falar” Notamos que os “modos de falar baixos” foram, então, associados às variedades dialetais, como vimos no quadro 1, no qual se relaciona a fala de ‘reinos’ do *Ximo* com a linguagem vulgar.

2.2 No *Vocabvlario* (1603) e no *Svpplemento* (1604)

No *Vocabulario* (1603) os autores não foram explícitos quanto à escolha da variedade de *Miaco* como a língua padrão. Mas no início da obra, há algumas observações sobre a notação utilizada para identificar usos regionais e variedades diafásicas da poética e da teologia, além de daqueles próprios da escrita e de determinados grupos sociais – as mulheres e pessoas da camada popular.

Ordinariamente quando o vso da palaura nas partes do Cami He differente do deci, destes reinos do Ximo, ou de outras partes, dizemos **no Cami se diz assi**, ou se vsa desta maneira, &c. Quando somente se vsa neste **Ximo**, pomos no cabo da palaura, ou da declaração della hum, **X.** quando nem em todo Ximo, nem em todo o reino de Iapão o sentido he corrente, pomos, (**alicubi**) quando a palaura serue somente na poesia, pomos hum **P.** qñ sò na escritura como em liuros, ou cartas, hu(m) **S.** qñ he palaura do Buppô, pomos, **Bup.** posto que muitas destas por sere(m) escuras, & pouco vsadas, & como terminos proprios de certa doutrina, ou seita, deixamos de as por. Quão no cabo da dição, ou declaração está hum. **B.** quer dizer que aquella palaura he baixa. (JESUÍTAS 1603, p.iii, grifo nosso)

Organizamos no quadro abaixo a abreviação ou expressão utilizada nos verbetes do *Vocabvlario* com a respectiva variedade.

QUADRO 2: Abreviações e expressões usadas no Vocabvlario (1603) para identificar as variedades da língua japonesa

Abreviação/Expressão	Variedade correspondente
B.	Fala popular
Bup.	Termo religioso (do budismo)
Cami / No Cami se vsa assi	Dialeto da região de <i>Miaco</i>
Lingoa de molheres	Linguagem das mulheres
P	Termo da poesia
S	Língua escrita
X. / Ximo	Dialeto da região sul

Dentre as diferentes variedades identificadas pelos autores no *Vocabvlario*, os dialetos são, de longe, a mais numerosa, somando 465 palavras, segundo Doi, Morita e Chônan (1980, p.12).

Como vimos, na época, a região sudoeste, localidade em que se fundou a missão jesuítica e onde havia maior número de japoneses convertidos, assim como de estabelecimentos eclasiásticos (igrejas, colégios e seminários), era denominada *Ximo*, em oposição a *Cami*, esta correspondente à região onde estava instalada a sede da família imperial, ou seja *Miaco* ou *Miyaco*. Destacamos abaixo, os verbetes que trazem essas palavras na entrada, para informar como os missionários denominavam as regiões geográficas:

“Cami. *Parte superior, ou ainda Senhor ou Senhora*” (JESUÍTAS 1603, f. 34v)
“Ximo. *Parte inferior; e também Estas ilhas, ou reinos do Oeste*” (Idem, f. 302).

As notações ‘Ximo’ ou ‘X’ e ‘Cami’ aparecem sob várias formas. Quando uma palavra é dialeto de algum ‘reino’ em específico essa região é citada e, geralmente, correspondem a usos dos ‘reinos’ da região central e sudoeste.

No quadro abaixo organizamos essa maneira de notação dos dialetos adotada pelos jesuítas, com exemplos retirados do *Vocabvlário*. Os grifos, nas transcrições constantes no quadro, são todos nossos.

QUADRO 3: Formas de notação das variedades do *Ximo*, do *Cami* e outras regiões

1.	<p>Afirmando “no Ximo se diz” ou “no Cami se diz” destacaram a forma utilizada na respectiva região:</p> <p>1.1. Abura. <i>Azeite, ou oleo</i>. Aburauo xiboru. <i>Fazer azeite</i>. Abura de aguru. <i>Frigir com azeite</i>. Aburaga ximu. <i>Fazer nodoa o azeite, ou penetrar</i>. No Ximo diz. Aburauo fumuru. <i>Fazer azeite</i>. (f. 2v)</p> <p>1.2. Cabuxeva. <i>Rodilha, ou pano que poem sobre a cabeça pera leuar algum pezo</i>. No Cami se diz Va. (f. 29v)</p>
2.	<p>A letra “X” indicava que a forma conhecida tinha emprego somente na região de Ximo:</p> <p>2.1. Auome, uru, eta. I. Auoideni suru. <i>Cozer levamente cruas, &c.</i> X. Item, <i>Tingir de azul</i>. (f. 16)</p>

3.	<p>Quando, para uma forma dada, o significado é outro numa determinada região usou-se “No Ximo é ...” ou “No (nome do ‘reino’) é...”</p> <p>3.1. Asari, ru, atta. <i>Buscarem os passaros seu comer esgarauatando com os pès, ou com o bico. Vt, Mizzutorino asaru. Os passaros dágua buscão seu comer. Não se dira dos passarinhos, mas somente das galinhas, Qijis, &c. Item, Permet. No Ximo revolver com a mão trigo, ou arroz, &c. que se poem ao sol, linhas a que se torra ao fogo, &c. (f. 13v)</i></p> <p>3.2. Fanxi. <i>Carta assinada em branco. Item, No Chûgocu papel em que o Yacata escreue cartas. (f. 80)</i></p>
----	--

Após rápida análise, foi possível perceber que, se uma determinada palavra é peculiar na região sudoeste – *Ximo* –, há uma preocupação em apontar o seu equivalente da língua de prestígio, a da região de *Cami*. E se alguma palavra possui significado diverso na região de *Ximo*, faz-se, geralmente, observação a respeito, numa clara orientação para que os missionários utilizem as palavras do *Cami*.

Sobre a identificação dada para palavras de falares populares, os jesuítas marcaram a abreviação “B.” em 90 verbetes. Os missionários eram de opinião de que os dialetos que não eram do *Cami* eram falares “baixos” ou de ‘gente baixa’ e, por isso, não deveriam ser usados, apenas entendê-los.

No *Vocabulario* e no seu *Suplemento* utilizou-se a letra B, como explicado no prólogo, para explicitar o uso entre a camada mais baixa da população. Apareceu, por duas vezes apenas, escrito “se usa entre gente baixa’ e ‘He palavra baixa’ Também foi rara a associação da indicação de falar ‘baixo’ com variedades regionais nos verbetes. Encontramos apenas duas ocorrências desta natureza, como grifado abaixo:

“Vdomi, u, òda. Mugir o boy, ou vaca. **X. B.**”

“Xiuocubi. Lugar da vastea da lança junto do ferro: **no Cami se usa entre gente baixa.**”

Quanto à notação “pera molheres” nas *Artes* a encontramos apenas em três passagens e estas dizem respeito, respectivamente aos pronomes, ao estilo e às interjeições:

Vagami. Midzucara. Varaua. **Eu pera molheres.**

*Em cartas **de molheres** se usa de Mairaxe soro. Vt, Aguemairaxe soro, Yomimairaxe soro, em lugar de Mõxi soro.*

*Item por, Yo, Yono, Zo, interjeçam, **usam as molheres**, ou os homens falando com molheres, de Bauo. Vt, Mairubauo, Caitabauo, Cacõbauo, &c.*

A *Arte Breve* contém somente um registro, apontando para uma diferenciação presente na fala da população feminina: “Pronomes mais corre(n)tes pera primeiras pessoas. ... *Midzucara. Varaua. Vagami.* Eu, **de mulheres.**” (RODRIGUES 1620, f. 56).

No *Vocabulario* e no seu *Suplemento*, a notação utilizada foi “(He) palavra de mulheres” e muitas entradas remetem a nomes de alimentos. Embora fosse raro, aparece também explicação de uso dialetal, socioletal e de tratamento envolvendo o gênero – feminino – do falante:

“Sasanomi. I. saqueno casu. Bagaço que fica de pois de espremer o vinho. **He palavra de mulheres baixas.**”

“Yorocobi, u, ôda. Item, Couo yorocobu. I. Yorocobiuo suru. Parir. **He modo de falar das mulheres no Cami.**”

“Vomoxi. Miso: **Palavra de mulheres falando com respeito dalguem.**”

Lembramos que há uma grande quantidade de vocábulos que se iniciam por “vo”, como “*vomoxi*”, citado anteriormente, em que aquela sílaba, na verdade, é um prefixo nominal indicador de respeito ou polidez, mas, que foi entendido como uma sílaba qualquer, incorporada aos elementos do léxico, pelos missionários.

Segue um levantamento, ainda parcial, das formas associadas às mulheres no *Vocabulario* e no *Suplemento*.

QUADRO 4: Levantamento dos verbetes com a notação ‘palavra de mulheres’ no *Vocabulario* (1603)

Amo. Mochi. Palavra de mulheres, & mininos. (Mochi. Bolos redondos feitos darroz)
Benidaicon. Rabão vermelho. Palavra de mulheres.
Chichigo. Pay, palavra de mulheres.
Cucon. Vinho, palavra de mulheres.
Futatocoro. Dous lugares. Item, Aliquando, Von futatocoro. Marido, & molher: palavra de mulheres.
Guegue. I, loori. Calçado como alparcas de palha. Palavra de mulheres. Guegue uo faqu. Calçar estas alparcas de palha. (loori. Certa laya de calçado como alparcas.)
Tçuua. Cuspo: palavra de mulheres.
Varaua. Eu. Palavra de mulheres.
Vofaguro. Tinta com que fazem os dentes pretos em Japão. Vofaguro suru. Fazer os dentes pretos. Palavra de mulheres. Caneuo tçuquru. He a palavra corrente.

Vofin. I, vofiru. O despertar, ou alevantarse de dormir pessoa nobre. Vt, Iza vofin are, I, nasarei. Ea alevantese vossa merce, &c. palavra de mulheres.

Voguxi. Cabeça de pessoa honrada, ou cabelos da cabeça: palavra de mulheres.

Vomana. Peixe. Palavra de mulheres.

Vomanaca. Secretas. Palavra de mulheres.

Vomoxi. Miso: Palavra de mulheres falando com respeito dalguem.

Vonama, i, Namasu. Palavra de mulheres.

(Namasu. Certa iguaria de peixe crù com outras misturas de ervas, &c.)

Xiromono. Sal. Palavra de mulheres.

QUADRO 5: Levantamento dos verbetes com a notação 'palavra de mulheres' no *Suplemento* (1604)

Fitocusa. Modo de contar layas, & feições de cousas. He palavra de mulheres.

Murasaqi. I. Iuxi. Sardinha. He palavra de mulheres.

Muxi. I. Miso. Palavra de mulheres.

Namino fana. I. Xiuo. Sal. Palavra de mulheres.

Sasagin. I. Nucamiso. Miso feito de casca de arroz. He palavra de mulheres.

Sasanomi. I. saqueno casu. Bagaço que fica de pois de espreme o vinho. He palavra de mulheres baixas.

Varifune. I. Nuca. Casca, ou prograna do arroz. He palavra de mulheres.

Vofoso. Sardinhas. He palavra de mulheres.

Voita. Sal. He palavra de mulheres.

Vominamexi. I. Aua. Milhe, ou painço. He palavra de mulheres.

Vonaca. Barriga. Vt, Vonacaga varui. Ter camaras. He palavra de mulheres.

Xiragi. Trigo. Palavra de mulheres.

Yorocobi, u, ôda. Item, Couo yorocobu. I. Yorocobiuo suru. Parir. He modo de falar das mulheres no Cami.

3. Algumas considerações finais

No Japão, encontram-se na literatura autóctone os primeiros registros das variedades diatópicas e diafrásticas desde o século XII, em notas explicativas de obras como *Kojiki* (*Registro de Coisas Antigas*, 712) e *Nihon Shoki* (*História do Japão*, 720). Nelas, o vocábulo *zokugo* (língua vulgar) indicava os dialetos que não pertenciam à região da capital, Kyoto. O estigma da inferioridade desses dialetos regionais resistiu por séculos, testemunhado em várias obras como as célebres *Narrativas de Genji* (c. 1007). Foi somente no século XVII, quando o país alcançou a paz, que se verificou, nesta tradição, o interesse pelo estudo dessas variedades. Em *Katakoto* (1650), o haicaísta Sadamuro Yasuhara (1610-1673) recolheu e explicou

os vocábulos das zonas rurais, os vocábulos vulgares, considerados “errados”, opondo-os ao dialeto de Kyoto, tido como a língua padrão ainda, mesmo com a mudança da capital político-administrativa para Edo, na região leste do arquipélado.

Não por acaso, pois, quando chegaram ao Japão em meados do século XVI, os comerciantes ibéricos e seus parceiros espirituais, os missionários jesuítas, surpreenderam-se a um tempo, não apenas com a sofisticação da cultura japonesa, mas também com a diversidade lingüística e com a belicosidade dos senhores feudais que se encontravam em incessante guerra pela unificação e dominação do país.

Talvez por essa razão, diferentemente do que teria se passado na América portuguesa, o Pe. Rodrigues, na *Arte da Lingoa de Iapam*, considerou a variedade da língua japonesa escrita e falada na região de Kyoto como a variedade de prestígio, mas também fez constantes referências às variedades usadas em alguns outros ‘reinos’, anotando as diferenças entre elas, na pronúncia e no uso de alguns morfemas gramaticais e lexicais.

As *Artes* do Pe. João Rodrigues também fizeram menção às variedades socioletais do japonês e opuseram a variedade privilegiada pelos *cugues* (nobres) à falada pela ‘gente baixa’. Mas, tal e qual a tradição autóctone, as *Artes* também privilegiaram a variedade da capital, Kyoto, utilizada pelo *cugues*, no sentido de reiterar que esta deveria ser a variedade a aprender. A fala da ‘gente baixa’ e as variedades dialetais que continham “abusos no falar e no pronunciar”, foram registradas apenas para serem reconhecidas como tal pelos missionários. Os religiosos não deveriam reproduzi-las na atividade de evangelização ao transmitir os ensinamentos cristãos, mas apenas serem capazes de compreendê-las, na medida das necessidades das suas práticas confessionais.

No *Vocabulário da Lingoa de Iapam* a sensibilidade às variedades se traduziu por observações como “no Cami fala-se ” ou “no Ximo fala-se ”; “B. (de ‘gente baixa’)”; “Palavra de mulheres”, mas em conformidade com o fato de que o nível lexical costuma ser o lugar preferencial de registro das variedades lingüísticas, pois não se explicita, geralmente, com relação a ele, uma atitude padronizadora, embora seja perceptível nos verbetes.

A motivação missionária, pedagógica e pioneira da descrição do Japonês na tradição européia favoreceu a valorização de apenas uma das variedades observadas, no caso aquela que consideravam a língua culta. Isso não quer dizer que especificidades dialetais ou mesmo socioletais, não fossem percebidas. Como vimos, em várias passagens das duas *Artes* foi possível destacar trechos que alertavam para algumas diferenças na pronúncia, na morfossintaxe ou no léxico da variedade sob descrição. Analogamente, o *Vocabulário da Lingoa de Iapam* registrou mais de uma forma quanto ao uso, documentando as variações dialetais, de tratamento, de gênero, de camada social e entre língua falada e escrita. Não obstante esse reconhecimento de formas dialetais, a variedade da língua japonesa

preferencialmente compilada e descrita pela literatura missionária e reduzida a regras foi aquela percebida como sendo a culta, usada pela “gente grave”

O registro, embora prolixo, abundante e sistemático, das formas e expressões de tratamento nas *Artes* corrobora a atitude padronizadora da gramática missionária, pois testemunha que a elegância e a honra eram vistos como característicos dessas expressões que estavam associadas à língua culta.

Referências Bibliográficas

CATZ, R. **Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos**. Lisboa: Editorial Presença e Biblioteca Nacional, 1983.

DOI, T. **Kishitan Gogaku no Kenkyû** (Pesquisas sobre a Linguística Cristã). Tóquio: Sanseidô, 1971.

_____. **Kirishitan Ronkô** (Estudos sobre os Documentos Cristãos). Tóquio: Sanseidô, 1982.

DOI, T.; MORITA, T. e CHÔNAN, M. Kaidai (Notas explicativas). In: **Hôyaku Nippo Jisho** (*Tradução Japonesa do Vocabulário da Língua de Iapam*). Tóquio: Iwanami Shoten, 1980. p. 7-29.

FLORES, C. Comércio português entre o Japão e o Sião nos séculos XVI e XVII. **Revista de Cultura** 17. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1993. p. 17-22.

FROIS, L. **Europa Japão – Um diálogo Civilizacional no século XVI**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

JESUÍTAS. **Vocabulário da Língua de Iapam com declaração em Português, feito por algvns padres, e irmãos da Companhia de Iesv**. Nangasaqui, Collegio de Iapam da Companhia de Iesvs, 1603. (Edição facsimilar organizada por Tadao Doi e publicada pela Iwanami Shoten em 1960, juntamente com o *Svpplemento*)

_____. **Svpplemento deste Vocabulario impresso no mesmo Collegio da Companhia de Iesv com a sobredita licença, & aprovação**. 1604. (Edição facsimilar organizada por Tadao Doi e publicada pela Iwanami Shoten em 1960, juntamente com o *Vocabulário*)

MIKI, Y. & FUKUNAGA, S. **Kokugogakushi** (História dos Estudos sobre a ‘Língua Nacional’). 7. ed. Tóquio: Kazama Shobô, 1981. (1. ed. 1966)

RODRIGUES, J. **Arte da Língua de Iapam composta pello Padre João Rodriguez Portugues da Cõpanhia de IESV diuidida em tres livros**. *Nangasaqui*, 1608. (Edição facsimilar publicada pela editora Benseisha, de Tóquio, em 1977)

_____. **Arte Breve da Língua Iapoa tirada da Arte Grande da mesma língua, pera os que começaram a aprender os primeiros principios della**. Macau, 1620. (Edição com fotocópia e transcrição impressa, além de tradução para o japonês e notas feitas por Hiroshi Hino, publicada pela editora Shin-Jinbutsu-Ôrai-sha, de Tóquio, em 1993)

_____. **História da Igreja do Japão**. (Escrita entre os anos de 1620 e 1633). Transcrição do Códice 49-IV-53 (ff. 1 a 181) da Biblioteca do Palácio da Ajuda, Lisboa, preparada por João do Amaral Abranches Pinto. Coleção Notícias de Macau 13 e 14, v. 1 e 2. Macau: 1954/1955.